

10 ANOS DE PPGE/UNIR E OS DEBATES ÉTNICO-RACIAIS: O QUE PRODUZIMOS NESTE TEMPO E NESTES ESPAÇOS (DES)OCUPADOS

RAFAEL ADEMIR OLIVEIRA DE ANDRADE¹⁵

DANIELA TISSUYA SILVA TODA¹⁶

RESUMO

O Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia completou recentemente uma década de funcionamento. Considerando a diversidade étnica na qual está localizado, mostra-se importante conhecer as pesquisas realizadas sobre esse tema, na qual inclui-se questões indígenas e da população preta e parda. Assim, o objetivo deste trabalho é conhecer a presença e ausência da temática indígena e étnica nas dissertações do PPGE/UNIR. Foi realizado um levantamento bibliográfico no repositório do programa e os dados obtidos foram tratados sob a análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2009). Ao final da pesquisa foi possível compreender que não há pesquisas realizadas sobre a população preta e quilombola do estado, e que as pesquisas desenvolvidas sobre a temática indígena são feitas por mulheres não indígenas. Há também a predominância acerca da Formação Intercultural, enquanto os trabalhos se dividem quase igualmente nas duas linhas de pesquisa do programa: Formação Docente e Políticas e Gestão Escolar.

Palavras-chave: Indígena. Étnico-racial. Dissertação. Mestrado em Educação. PPGE/UNIR.

10 YEARS OF PPGE / UNIR AND THE ETHNIC-RACIAL DEBATES: WHAT WE PRODUCE IN THIS TIME AND IN THESE (UN) OCCUPIED SPACES

ABSTRACT

The Postgraduate Program in Education at the Federal University of Rondônia recently completed a decade of operation. Considering the ethnic diversity in which it is located, it is important to know the research carried out on this theme, which includes indigenous and black and brown population issues. Thus, the objective of this work is to know the presence and absence of indigenous and

¹⁵ Mestre em Educação pelo PPGEDU UNIR, graduado em Ciências Sociais. Professor de Ensino Superior.

¹⁶ Mestre em Educação pelo PPGEDU UNIR, graduada em Sistemas de informação. Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

ethnic themes in the dissertations of PPGE / UNIR. A bibliographic survey was carried out in the program repository and the data obtained were treated under content analysis, as recommended by Bardin (2009). At the end of the research it was possible to understand that there is no research carried out on the black and quilombola population of the state, and that the research developed on the indigenous theme is done by non-indigenous women. There is also a predominance of Intercultural Education, while the works are divided almost equally into the two lines of research of the program: Teacher Education and Policies and School Management.

Key-Words: Indigenous. Ethnic-racial. Dissertation. Master's in Education. PPGE/UNIR.

10 AÑOS DE DEBATES PPGE / UNIR Y ÉTNICO-RACIALES: LO QUE PRODUCEMOS EN ESTE TIEMPO Y EN ESTOS ESPACIOS (DES) OCUPADOS

RESUMEN

El Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Rondônia completó recientemente una década de funcionamiento. Considerando la diversidad étnica en la que se ubica, es importante conocer las investigaciones realizadas sobre este tema, que incluye temas de población indígena y negra y morena. Así, el objetivo de este trabajo es conocer la presencia y ausencia de temas indígenas y étnicos en las disertaciones del PPGE / UNIR. Se realizó un relevamiento bibliográfico en el repositorio del programa y los datos obtenidos fueron tratados bajo análisis de contenido, como recomienda Bardin (2009). Al final de la investigación se pudo entender que no existe investigación realizada sobre la población negra y quilombola del estado, y que la investigación desarrollada sobre el tema indígena es realizada por mujeres no indígenas. También hay un predominio de la Educación Intercultural, mientras que los trabajos se dividen casi a partes iguales en las dos líneas de investigación del programa: Formación y Políticas Docentes y Gestión Escolar.

Palavras-chave: Indígena. Étnico-racial. Disertación. Maestría en Educación. PPGE/UNIR.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é o primeiro nessa área de

conhecimento no estado, e o único no formato acadêmico (há o programa profissional voltado para educadores da Educação Básica). Está em funcionamento há cerca de 10 (dez) anos, e destaca-se por ser um dos mais antigos da universidade e pela boa nota na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Realizamos uma análise sobre a produção científica do PPGE/UNIR no que se refere às questões indígenas e étnico-raciais, considerando a importância do programa para a Região Norte, local de grande diversidade étnico-racial, onde são encontradas comunidades indígenas e ribeirinhas, e, no caso de Rondônia, há o recebimento de correntes migratórias, principalmente oriundas do Sul, Sudeste e Nordeste, nas décadas de 70 e 80. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico no repositório do mestrado e, depois, aplicada a análise de conteúdo, conforme preconizado por Bardin (2009).

O objetivo é conhecer a produção científica sobre as questões étnico-raciais nesta década de mestrado. Dividimos este trabalho em seções e subseções para melhor leitura e compreensão, sendo: “Educação étnico-racial, ausências e presenças” para aporte teórico; “Metodologia” para descrição do percurso metodológico trilhado, com a subdivisão “O PPGE/UNIR: Lócus de pesquisa e investigação”; “Resultados e Discussões” onde apresentamos a análise realizada; “Conclusão” com as considerações finais; e, por fim, “Referências” com os dados do referencial bibliográfico.

EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, AUSÊNCIAS E PRESENCAS

Vamos iniciar nossa discussão com Santos *et al* (2016) no artigo “Educação e relações raciais: estado da arte em programas de Pós-graduação em Educação (2000-2010)” que em sua síntese de dados reforça nossa percepção sobre as dissertações do PPGE/UNIR: não há produção na UNIR sobre a questão racial, sendo que na região norte as autoras apontam produções na Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Amazonas

(UFAM) (01 e 05 teses/dissertações respectivamente) que tergiversam sobre a questão. Considerando que a Região Amazônica possui mais de 50% da população de cor preta, nos chama atenção estes dados. As regiões campeãs de produção sobre a temática são Sudeste (38%) e Nordeste (35%), já a região Norte apresenta apenas 2% das produções totais sobre a temática raciais em PPG Educação do país (SILVA *et al*, 2016).

Com relação aos temas trabalhados nestes programas e que se tornam possíveis pesquisas no PPGE/UNIR as autoras destacam “preconceito e discriminação; autoestima; negro, família e escola; gênero e formação de professores; livros didáticos; racismo; currículo; avaliação do rendimento escolar; cultura negra e famílias inter-raciais”. (SILVA *et al*, 2016).

Destacamos as posturas interseccionais de debate entre gênero, raça e relações de poder e outras destacadas pela questão da colonialidade e estruturas de classe no Brasil. Ressaltamos também que a Lei nº 10.639/2003 é eixo de pesquisa do Brasil e no contexto de Rondônia torna-se fundamental a presença destas tanto nos currículos da educação de base quanto no ensino superior nas esferas pública e privada. O silêncio desta temática nas pesquisas do PPGE/UNIR é um fenômeno que não pode ser deixado sem a devida análise.

Outra categoria analisada por Silva *et al* (2016) é “a questão racial no currículo e a política para equidade” onde é colocado como elemento central das pesquisas raciais no Brasil a luta política pela presença da questão racial nos currículos em todas as esferas da educação nacional. Não há debate similar sobre a questão racial no PPGE/UNIR. Por fim, Silva *et al* (2016) destacam que há uma expansão do tema pelos programas de pós-graduação pelo Brasil, mas uma expansão lenta e com ataques constantes.

Continuando o debate Da Silva *et al* (2018) aponta que no recorte de 2003 a 2014, teses, dissertações e artigos que relacionavam a questão racial com a educação tiveram seu auge em 2010 e desde então estão em franca queda,

registrando os números de publicações em 2014 com índice semelhante ao registrado em 2009. Em 2003, os autores registraram apenas 13 trabalhos com a temática.

Os autores destacam que os artigos tiveram um crescimento a partir de 2003 “tendo como ápice 2010, mantendo-se alta nos anos seguintes, mas com diminuição gradativa nos anos e baixa em 2014” (DA SILVA *et al*, 2018). Estes números representam que políticas inclusivas se fizeram presentes no Brasil e junto a organização dos movimentos sociais podem ser apontadas como justificativa para o aumento de tais pesquisas.

O re-surgimento de intelectuais pretos, somado à política de cotas (incluindo na pós-graduação) e a Lei 10.639/2003 são elementos que destacamos para uma centralidade destes debates nos programas de pós-graduação e da produção intelectual sobre o tema em si, incluindo nas pesquisas em Ciências da Educação. A partir de 2014 esses debates enfraquecem no Brasil quando o Governo Federal acena para as elites econômicas e políticas nacionais como forma de tentar superar a crise que abarcou a transição do primeiro para o segundo governo Dilma Rousseff, fato que se impacta tanto na questão do movimento negro/preto quanto no indígena e suas reivindicações por educação e outras (STIBICH, 2019).

Sobre a educação indígena e a produção sobre o tema, Santos e Siqueira (2009) apontam que a crescente visibilidade da temática da pesquisa sobre a educação indígena no país acompanha o aumento da importância atribuída para a escola pelos povos indígenas, uma vez que após a reabertura democrática se tornou elemento fundamental para a busca pela autonomia política e econômica dessas populações com a chamada “sociedade circundante”. Conforme a avaliação das autoras, a partir de diversas outras leituras, os trabalhos se pautam em uma outra forma de escola, um modelo que valorize as questões étnicas ao mesmo tempo em que postulam acesso aos conhecimentos ocidentais (o ocidente de Walter Mignolo, 2015), a mudança da responsabilidade da

educação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para o Ministério da Educação (MEC) em 1991.

As pesquisas sobre educação indígena na pós-graduação saltaram no Brasil de 01 em 1987 para 36 em 2007 e é importante considerar que a promulgação da Constituição Federal em 1988 é elemento fundamental para se pensar esta mudança positiva. Tal elemento se reflete na nossa pesquisa quando, ao passo que não encontramos nenhuma pesquisa sobre a questão racial no PPGE/UNIR, foram encontradas sete pesquisas sobre a questão indígena - salientamos que nenhuma das sete possui protagonismo indígena, tendência ainda recorrente no Brasil (SANTOS; SIQUEIRA, 2009).

Os autores trazem ainda que na região Norte - mesmo que ela condense a maioria dos povos indígenas¹⁷, apenas 6,9% das teses e dissertações sobre a educação indígena são da região (SANTOS. SIQUEIRA, 2009), questão semelhante apontada por SILVA *et al* (2016) quando falamos das produções sobre a temática racial. Por fim, é possível afirmar, sobre a questão indígena, que a escola é espaço de disputa política e que há interesse tanto pela sua existência intercultural quanto pela existência da formação efetiva de professores no Brasil.

Pesquisadoras e pesquisadores da temática indígena e preta/negra, mesmo que minorias nas produções totais, ressaltam a importância da escola multi e intercultural, além de uma formação de base e continuada que perpassa tais temas. Neste trabalho pretendemos fazer uma reflexão sobre o que foi produzido no PPGE/UNIR em seus primeiros dez anos de existência sobre a temática racial e indígena, tendo como recorte o programa acadêmico. Infelizmente ou felizmente sabemos que o programa acompanha a tendência dos trabalhos aqui brevemente apresentados, entretanto, acreditamos que uma análise como a nossa aqui apontada se faz fundamental para construirmos

¹⁷ Saiba mais em <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>

nossos caminhos a serem trilhados. Apresentamos a seguir o caminho metodológico feito.

METODOLOGIA

Apresentamos nesta seção o percurso metodológico percorrido para a realização deste trabalho e a contextualização do *locus* da pesquisa, PPGE/UNIR.

A análise dos dados levantados foi realizada com a técnica de análise de conteúdo, conforme estabelecido por Bardin (2009), iniciando pela pré-análise. Esta parte do trabalho é realizada em três etapas: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que irão fundamentar a inferência final.

O processo de escolha dos documentos foi desenvolvido e o critério aplicado está relacionado com as hipóteses e objetivos da análise dos documentos: nossa percepção inicial é que são poucos os trabalhos que se relacionam com as temáticas dentro do PPGE/UNIR. Os critérios definidos por Bardin (2009) para seleção destes textos foram seguidos, as regras da exaustividade e homogeneidade foram cumpridas ao levarmos em conta todas as dissertações que trabalham com as temáticas raça e etnia, sendo que os critérios de exclusão de documentos os que não versarem sobre tais temas em seus objetivos.

A regra da representatividade foi seguida no que concerne a análise de todas as dissertações apresentadas e dispostas publicamente no sítio virtual do PPGE/UNIR. Por fim, a regra da pertinência estabelece que os documentos selecionados devam ser adequados enquanto fontes de informação e corresponder ao objetivo da análise e os artigos selecionados estão em conformidade com o objetivo da pesquisa e sendo textos divulgados em revistas científicas de ampla difusão e critérios de seleção, compreende-se como leituras

especializadas e acessíveis as/os pesquisadoras(es) em Educação do Programa.

A hipótese levantada inicialmente para a leitura destes trabalhos argumenta sobre a presença ou ausência de pesquisa sobre as temáticas no Programa de Pós-graduação: Os trabalhos produzidos sobre a temática raça e etnia seriam em reduzido número e daí surge nossa transversalidade necessária, ao passo que trabalhar apenas com uma das três temáticas resultaria em uma impossibilidade de análise pelo não presente ou diminuto corpo amostral - o que já um dado fundamental para se pensar o que não é produzido pelo Programa de Pós-graduação.

Em função desta hipótese foram redigidos quatro índices que organizarão a leitura e análise do texto com objetivo de possibilitar uma visão macro sobre o que foi produzido, analisando:

- A. Quem produziu o texto (discente e orientador(a));
- B. Os objetivos da pesquisa;
- C. A metodologia principal aplicada;
- D. O *lócus* de pesquisa;
- E. Os principais resultados.

A leitura do texto, quando uma frase fazia referência direta ao tema, era retirada do texto e organizada em um texto junto dos índices. Esta separação inicial ou repartição será reorganizada em categorias e subcategorias que, por sua vez, serão organizadas em quadros, permitindo a análise do conteúdo dos artigos em suas convergências e contradições entre os autores, com o referencial teórico elencado na dissertação e com os processos formativos e práticos do autor.

Os quadros de categorias agrupam as comunicações dos autores que fazem referência ao elemento destacado. O objetivo deste tratamento com os

dados é a busca de conexões que permitam a inferência sobre os possíveis sentidos da fala. E, nesse sentido, é importante contextualizar o *lócus* desta pesquisa, conforme apresentamos a seguir.

O PPGE/UNIR: LÓCUS DE PESQUISA E INVESTIGAÇÃO

O Mestrado em Educação da UNIR teve a sua criação aprovada em 2005, por meio da Resolução nº 098 do CONSEA, e em 2009 passou a utilizar a nomenclatura “Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação”, por meio da Resolução nº 220 do CONSEA (UNIR, 2005; 2009).

A CAPES recomendou o programa em 2009, que no mesmo ano obteve a autorização para implantação, por meio do Parecer nº 981 CPG/UNIR, passando a ter atividades no ano seguinte. Sediado no *Campus* Porto Velho, o programa possui doze docentes, todos doutores, que se dividem em duas linhas de pesquisa: Formação Docente, e Políticas e Gestão Escolar (PPGE/UNIR, *on-line*).

O programa possui nota 4 na avaliação da CAPES, e oferta, por meio de edital de seleção, vinte vagas anuais para novos ingressantes, divididas igualmente entre as duas linhas de pesquisa. O tempo regular para a conclusão do curso é de vinte e quatro meses, podendo ser prorrogado por mais seis, mediante solicitação do discente e aprovação do Colegiado de Curso. De acordo com os dados da página do programa¹⁸, foram formados até este momento 164 (cento e sessenta e quatro) mestres.

Os resultados e discussões sobre as pesquisas sobre indígenas e étnico-raciais que foram encontradas estão na próxima seção.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

¹⁸ Os números foram contabilizados, considerando os dados apresentados em: <http://www.ppge.unir.br/homepage> até 14 de março de 2021.

A pesquisa desenvolvida é bibliográfica, pois inicia e termina suas investigações no texto escrito, partido da análise de conteúdo como forma de acessar as informações que estão presentes no repositório do PPGE/UNIR.

A seguir, descrevemos o método de busca pelos artigos e a tabulação de suas informações principais. Primeiro, realizamos uma pesquisa por termos (indígena, racial e étnico/etnia), partindo da concepção de que essas seriam palavras-chave em dissertações que abordam essas temáticas. Consideramos os dados divulgados entre os anos de 2010 a 2018, pois as turmas ingressantes a partir de 2019 ainda estão em curso, e mesmo que haja informações sobre os projetos de pesquisa dos discentes, é possível ocorrer alterações das mais variadas naturezas, como objeto de estudo, *locus*, metodologia, entre outros, podendo, assim, que as dissertações não abordam os temas pesquisados em nosso trabalho.

Isso feito, obtivemos sete dissertações. Enumeramos-as para melhor identificação dos dados na fase de análise, as dispusemos aqui em formato de referencial bibliográfico e organizamos os dados obtidos em um quadro para melhor visualização das dissertações, as linhas de pesquisa à qual cada uma está vinculada, e o ano de ingresso do discente pesquisador. Apresentamos esse quadro logo abaixo:

Quadro 1 - Dissertações elencadas a partir da busca por etnia/raça no sítio virtual do PPGEDU-UNIR

Título da dissertação	Linha de Pesquisa	Turma de ingresso
1. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA	Políticas e Gestão Educacional	2010
2. IDENTIDADES INDÍGENAS: UM OLHAR PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO	Formação Docente	2012

BÁSICA INTERCULTURAL DE RONDÔNIA		
3. AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM ESTUDO NAS COMUNIDADES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO	Políticas e Gestão Educacional	2012
4. A ESCOLA URBANA E A INCLUSÃO DE ALUNOS INDÍGENAS: Os desafios do Currículo em Busca de um Diálogo Intercultural	Formação Docente	2013
5. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA INTERCULTURAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	Formação Docente	2014
6. O IDEAL E O REAL DA POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS E INDÍGENAS NO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE	Políticas e Gestão Educacional	2014
7. POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM HUMAITÁ – AM	Políticas e Gestão Educacional	2016

Fonte: Os autores, 2021.

A partir desse quadro demonstrativo, é possível retirar algumas informações sobre as dissertações do PPGE/UNIR, tais como: não há pesquisa realizada encontrada a partir dos termos racial e étnico/etnia. Os sete trabalhos sobre a temática indígena estão, quase igualmente, divididos entre as duas linhas de pesquisa do programa: quatro em Políticas e Gestão Educacional, e três em Formação Docente.

No que tange à distribuição de tempo, temos uma certa representatividade da temática indígena e apenas em 2014 aparece uma discussão mista entre a questão negra/indígena que será analisada adiante. O que nos chama atenção aqui é justamente a ausência de discursos raciais no contexto do PPGE em Rondônia e regiões circundantes, considerando que esse

estado tem 60,4% da população total de pretos¹⁹, sendo a menor proporção da Região Norte, mas mesmo assim acima da média nacional (IBGE, 2005).

Apresentamos logo a seguir um quadro demonstrativo sobre os pesquisadores (discentes e orientadores) que trabalharam a temática indígena nas dissertações do PPGE/UNIR.

Quadro 2 - Formação acadêmica, atuação e orientação

ID	Nome da pesquisadora	Formação Acadêmica	Área de Atuação	Orientador(a)
1	Regina Costa Aparecida	Grad. Comunicação Social/ Mest. Educação	Professora de Ensino Superior	José Lucas Pedreira Bueno
2	Maria Isabel Alonso Alves	Grad. Pedagogia/Mest. e Dout. em Educação	Professora de Ensino Superior	Nair Ferreira Gurgel do Amaral
3	Maria Aparecida Siqueira Santos	Grad. Pedagogia/Mest. em Educação	Não informado ²⁰	Marco Antônio Domingues Teixeira
4	Wanda Isabel Senatores Vargas Rodrigues	Grad. Biologia/ Mest. Em Educação	Professora da Educação Básica	Carmen Tereza Velanga
5	Vanderleia Barbosa da Silva	Grad. Pedagogia/ Mest. em Educação	Professora de Ensino Superior	José Lucas Pedreira Bueno
6	Fernanda Ruschel Cremonese Colen	Grad. Serviço Social/Mest. em Educação	Assistente Social	Aparecida Luzia Alzira Zuin

¹⁹ Mais dados em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/idr/download/populacao.pdf>

²⁰ Última atualização do *Lattes* em abril de 2012.

7	Maria de Fátima dos Santos Mendonça	Grad. Pedagogia/Mest. em Educação	Atuou como docente no ensino superior ²¹	Clarides Henrich Barba
---	-------------------------------------	-----------------------------------	---	------------------------

Fonte: Os autores, 2021.

Das sete dissertações encontradas, destacamos as seguintes características: primeiro que há uma grande diversidade de docentes em orientação, excluindo-se o professor José Lucas Pedreira Bueno que possui dois trabalhos orientados na área, as outras cinco orientações são divididas em cinco docentes. Outro ponto fundamental a se refletir é que são mulheres as que pensam/propõem o tema da educação indígena em sua totalidade em nossa amostra, ao mesmo tempo não encontramos nenhum sujeito indígena, independente de gênero, que trabalhe com isso no Mestrado Acadêmico em Educação da UNIR.

Com relação à formação das pesquisadoras, cinco são formadas em Pedagogia, uma em Comunicação Social e outra em Letras, destas apenas uma alcançou (até o momento desta pesquisa) o título de Doutora. Na atuação profissional temos cinco professoras (quatro em atuação e uma que já atuou e não informa ocupação atual), uma assistente social do Instituto Federal de Rondônia e uma que não informou em seu Currículo *Lattes* a sua atuação - o mesmo não é atualizado desde 2012, ano de conclusão do Mestrado.

Uma questão que notamos é que há profunda inter relação entre as práticas profissionais e as pesquisas propostas, assim como relações de vivência no estado de Rondônia que refletem a questão da pesquisa em si, apontando que a relação objeto-sujeito não foi superada apenas em Bourdieu (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2013), mas também nas produções do PPGE/UNIR.

Elaboramos o quadro a seguir para evidenciar o objetivo geral de cada pesquisa da amostra.

²¹ Não há informação no *Lattes* sobre o vínculo profissional atual.

Quadro 3 - Objetivo Geral da Pesquisa

ID	Nome da pesquisadora	Objetivo Geral da Pesquisa
1	Regina Costa Aparecida	Investigar os avanços e desafios das Instituições de Ensino Superior (IES) para efetivar as políticas públicas de acesso e permanência dos povos indígenas nos cursos superiores em Rondônia.
2	Maria Isabel Alonso Alves	Investigar a produção de identidades indígenas no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR tendo como elemento principal o diálogo direto com discentes do Curso.
3	Maria Aparecida Siqueira Santos	Analisar os impactos das políticas públicas de educação escolar indígena para as comunidades pertencentes ao Município de Guajará Mirim.
4	Wanda Isabel Senatores Vargas Rodrigues	Analisar se a inclusão da diversidade cultural é desvelada no PPP da escola investigada e na percepção dos professores e alunos indígenas
5	Vanderleia Barbosa da Silva	investigar as tecnologias digitais aplicadas à formação no Ensino Superior dos professores indígenas.
6	Fernanda Ruschel Cremonese Colen	Analisar a situação real com relação ao processo de inclusão de estudantes nos cursos técnicos presenciais de nível médio em Finanças e Informática para Internet, ofertados pelo Ifro – Campus Porto Velho Zona Norte, por meio da Lei nº. 12.711/2012.
7	Maria de Fátima dos Santos Mendonça	Compreender o contexto, os desafios e a importância das políticas públicas de formação aos professores da rede municipal de educação de Humaitá/ AM.

Fonte: Os Autores, 2021.

Com relação ao objetivo geral das pesquisas, queremos salientar que há uma concentração de pesquisas que lidam com políticas públicas, especialmente com o Curso de Licenciatura Indígena da UNIR de Ji-Paraná. A primeira pesquisa do Programa sobre o tema indígena, realizada por Regina

Costa Aparecida (2012), lida com a questão da formação indígena no curso intercultural e faz uma análise das políticas públicas para tal formação, estabelecendo destaques e algumas críticas que iremos analisar mais à frente.

O texto de Maria Isabel Alonso Alves se preocupa com o mesmo programa, mas na questão da produção de identidades a partir do contato intercultural promovido pelo curso de formação já debatido por Regina Aparecida, considerando aspectos da pós-modernidade e se descentralizando um pouco na questão da política *per se*.

O trabalho de Maria Aparecida Siqueira Santos debate as políticas públicas para a educação na cidade de Guajará-Mirim com grande foco nas populações indígenas da região. Wanda Isabel Rodrigues trabalha com a questão da inclusão, de estudantes indígenas, em escolas urbanas, trazendo um importante trabalho sobre políticas públicas, projetos pedagógicos escolares e formação de professores. Já o trabalho de Fernanda Colen destaca a questão do sistema de cotas indígenas e para pardos/pretos no Instituto Federal de Rondônia, tendo como proposta analisar a situação real (utilizando-se da epistemologia weberiana de contrapor o real/ideal para entender o poder nos grupos sociais). Por fim, Maria de Fátima Mendonça objetiva compreender a questão das políticas públicas para a formação de professores em Humaitá, contexto de alta incidência de trânsito de populações indígenas e seus impactos nas culturas/comunidades.

Elaboramos também um quadro para expor de forma clara a metodologia utilizada nas pesquisas.

Quadro 4 - Principal Metodologia aplicada

ID	Nome da pesquisadora	Principal metodologia
1	Regina Costa Aparecida	Questionário semi aberto em múltiplas apresentações
2	Maria Isabel Alonso Alves	Entrevista semi estruturada

3	Maria Aparecida Siqueira Santos	Etnografia com observação participante
4	Wanda Isabel Senatores Vargas Rodrigues	Questionário e entrevista semi estruturada
5	Vanderleia Barbosa da Silva	Entrevista semi estruturada
6	Fernanda Ruschel Cremonese Colen	Questionário virtual semi estruturado
7	Maria de Fátima dos Santos Mendonça	Análise documental e entrevistas

Fonte: Os Autores, 2021.

Com relação às metodologias é fundamental que uma pesquisa documental como a nossa destaque quais foram as formas de contato com as comunidades. Antecipamos que todas as pesquisas utilizaram-se de uma revisão bibliográfica, algumas mais complexas com critérios mais definidos de inclusão e exclusão, já outras, mais simples, associaram textos por afinidade de leitura e indicação dos debates durante o processo formativo. As pesquisas em sua maioria (seis de sete) utilizaram-se da aplicação de questionários presenciais ou virtuais com entrevistas semi estruturadas. Esta vertente das Ciências da Educação enquanto Ciências Humanas precede a existência do diálogo para reflexão sobre as realidades sociais, fazendo com que o contato seja fundamental para a apreensão de certos aspectos que as demais fontes de informações não poderiam apontar. Apenas um trabalho utilizou a etnografia (ou aspectos etnográficos da observação participante) para elencar dados de populações indígenas, que foi o trabalho de Maria Aparecida Siqueira Santos.

As pesquisas foram realizadas em *lócus* diversificados. Apresentamos abaixo um quadro demonstrativo.

Quadro 5 - O Lócus da Pesquisa

ID	Nome da pesquisadora	Lócus da Pesquisa
1	Regina Costa Aparecida	Curso de <i>Licenciatura em Educação Básica Intercultural</i> da UNIR.

2	Maria Isabel Alonso Alves	“Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural da UNIR, ofertado no Campus de Ji-Paraná, região central do Estado de Rondônia.”
3	Maria Aparecida Siqueira Santos	“A pesquisa realizou-se nas <i>comunidades indígenas</i> : aldeia Lage Velho e Linha 10 que pertencem à Terra Indígena (TI) Lage e estão localizadas a 80 km e a 104 km do município de <i>Guajará-Mirim</i> e o acesso é terrestre”
4	Wanda Isabel Senatores Vargas Rodrigues	A pesquisa em pauta foi realizada no ano de 2014 e 2015, tendo como lócus da pesquisa a Escola Estadual Conquista D’Oeste, no Estado de <i>Mato Grosso</i> .
5	Vanderleia Barbosa da Silva	“A pesquisa foi realizada na UNIR, Campus de Ji-Paraná, Rondônia. O estudo não se expandiu por outros Campi, visto que, os demais não possuem cursos de <i>licenciatura específica para a formação de professores indígenas</i> .”
6	Fernanda Ruschel Cremonese Colen	“o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Ifro, Campus Porto Velho Zona Norte”
7	Maria de Fátima dos Santos Mendonça	Rede educacional de <i>Humaitá</i> - com recorte para professores indígenas e gestores locais.

Fonte: Os Autores, 2021.

Dos sete trabalhos, três foram desenvolvidos no curso de Formação Intercultural da Universidade Federal de Rondônia, situado no campus de Ji Paraná, com recortes diferentes já apresentados nos quadros anteriores. Três trabalhos tiveram como recortes as cidades de Rondônia (Guajará-Mirim), Amazonas (Humaitá) e a Escola Conquista D’Oeste no Mato Grosso. Desse ponto, podemos destacar que os trabalhos desenvolvidos fazem uma análise de escala regional e se concentram nas realidades do interior de Rondônia - quando realizadas neste estado. Há um trabalho sobre o *Campus* Porto Velho, Zona Norte do Instituto Federal de Rondônia. Esta amplitude é fundamental para pensarmos a possibilidade de diálogo das pesquisas do mestrado com outras

idades e estados, aportando a importância deste programa para pensarmos Rondônia, a Amazônia e a pesquisa em educação no Brasil.

O quadro a seguir apresenta os resultados e conclusões obtidas nas pesquisas do PPGE/UNIR.

Quadro 6 - Principais resultados/conclusões

ID	Nome da pesquisadora	Principais resultados/ conclusões da pesquisa
1	Regina Costa Aparecida	1.1 O intercultural existe para garantir direitos dos povos indígenas. 1.2 Aponta a necessidade de novas pesquisas e que o indígena não é um ser sem educação, mas que possui sua própria.
2	Maria Isabel Alonso Alves	2.1 Há uma construção de identidades no decorrer do curso, um sujeito hibridizado. 2.2 Necessidade de ampliação dos usos da tecnologia para gestão territorial. 2.3 “uma percepção que as identidades indígenas estão sendo produzidas, significadas e ressignificadas no interior das práticas culturais” 2.4 A principal identidade formada é a de professor indígena
3	Maria Aparecida Siqueira Santos	3.1 Necessidade de acompanhamento dos egressos; 3.2 Dificuldade do exercício pleno da profissão docente após formação; 3.3 Não houve, apesar da Legislação impor, participação indígena na construção do curso. 3.4 Sem valorização das culturas, a escola tem papel limitado na promoção da autonomia indígena.
4	Wanda Isabel Senatores Vargas Rodrigues	4.1 “o PPP e o currículo tecem informações incipientes quanto à inclusão da diversidade cultural” 4.2 “há uma ausência de conhecimento acerca do tema em pauta pelos professores” 4.3 Há no PPP uma orientação de formação continuada para a educação indígena, só não se reflete na sala de aula. 4.4 "Foi observado que a escola urbana para os alunos indígenas podem possibilitar uma ascensão

		social e individual, demonstrando o desejo em concluírem o ensino médio, com o compromisso de regressar às aldeias com conhecimentos propícios na contribuição com seu povo.”
5	Vanderleia Barbosa da Silva	<p>5.1 A busca constante da formação de acadêmicos indígenas para impactar em sua comunidade positivamente</p> <p>5.2 A intenção de apreender cada vez mais tecnologia para o mesmo motivo.</p> <p>5.3 “a pesquisa demonstra o descaso, com relação à inserção das tecnologias digitais, na educação escolar indígena e a necessidade de reivindicar dos responsáveis que cumpram as obrigações e atendam às demandas e perspectivas de uma educação de qualidade para as escolas indígenas.”</p> <p>5.4 Há forte exclusão digital e descontinuidade dos usos da tecnologia no processo de formação indígena.</p>
6	Fernanda Ruschel Cremonese Colen	<p>6.1 A política de cotas é aplicada no IFRO desde 2012.</p> <p>6.2 A política não abarca quem deveria abarcar: abrangendo principalmente os que se autodeclararam pardos.</p> <p>6.3 Mesmo entre os abarcados pelas políticas ecoam discursos de meritocracia, de igualdade plena, ou seja, que vão contra os princípios da legislação.</p> <p>6.4 Há dificuldades de acompanhamento dos estudantes por parte do IFRO, da metodologia e do diálogo em sala de aula, dentre outras que atrapalham a vida acadêmica do discente cotista.</p>
7	Maria de Fátima dos Santos Mendonça	<p>7.1 Há dificuldades gigantescas na formação de professores indígenas, sendo uma delas a questão espacial.</p> <p>7.2 O currículo deve estar relacionado com o trajeto curricular e com as questões espaciais.</p> <p>7.3 A pesquisa ressalta a potência de adquirir conhecimentos para mudar suas realidades sociais por parte dos povos indígenas.</p>

Fonte: Os Autores, 2021.

Excluimos de nosso quadro VI a questão histórica dos povos indígenas, não por considerarmos uma questão secundária, mas por ser algo debatido em praticamente todos os trabalhos, incluindo em síntese: a exclusão dos povos indígenas do processo de educação formal - tal qual ocorre com o povo preto - e os ganhos da Constituição Federal de 1988 que se transformaram em um lugar à ser alcançado e ainda distante nas políticas públicas locais analisadas. Colocam ainda, de forma acertada, a intenção de que a educação seja um elemento de equidade social e de busca pela autonomia desses povos. Vamos às análises das peculiaridades.

O trabalho de Regina da Costa (2010) é o primeiro das produções destacadas e remete às origens do próprio PPGE/UNIR. Traz como reflexão a importância do Intercultural para se pensar políticas públicas para os povos indígenas e termina apontando, com toda firmeza e coerência, que necessitamos de mais pesquisas sobre o tema. Reforçamos que posteriormente houve mais duas pesquisas sobre o Intercultural de Ji-Paraná.

A pesquisa de Maria Isabel Alonso Alves (2012) versa sobre a produção de identidades nos contatos interculturais realizados no curso de graduação, além de fazer sutis críticas (e muitos elogios) às possibilidades da graduação, acreditamos que a questão das identidades híbridas discutidas por diversos autores dentre eles Stuart Hall (2006) e outros pós-modernistas se relaciona com a etnicidade indígena só com um grande esforço colonialista - as identidades indígenas, ou suas etnicidades, se relacionam com a globalização senão pela resistência e não pela hibridização (RADOMSKY, 2011; MIGNOLO, 2015) como apontam as teorias de Hall e outros.

É preciso entender que as identidades e historiografias indígenas resistem e permeiam outros caminhos que não a da modernidade ocidental. Já a pesquisa de Vanderleia Silva (2016) aponta para a necessidade de ações governamentais de que a tecnologia permeia a formação de docentes indígenas ao passo que os mesmos já buscam tal relação interétnica a partir da tecnologia

e conclui que há forte exclusão digital entre os indígenas e também no processo de formação. O trabalho de Maria Aparecida Siqueira Santos (2014) estabelece críticas fundamentais ao Intercultural quando se comunica com populações indígenas da região de Guajará-Mirim (Rondônia) e aponta que não há efetivo acompanhamento de egressos, a formação não promove (na percepção dos formandos) exercício pleno da profissão docente, não houve participação indígena na construção do curso e sem essa valorização a educação formal contribui pouco para a promoção da autonomia indígena. Destaca-se a importância do curso de Formação Intercultural da UNIR de Ji-Paraná e ao mesmo tempo destaca-se também a importância de refletir sobre o mesmo, considerando que as pesquisas destacam falhas em seus processos.

Wanda Isabel Rodrigues (2015) e Maria de Fátima Rodrigues (2019) dissertam sobre a questão das políticas públicas para a educação e formação de professores, desvelando a necessidade de se pensar formações e projetos político-pedagógicos que realmente sejam causadores efetivos da interculturalidade e que na formação de base e continuada de de docente traga reflexões antropológicas e étnicas sobre o que é promover uma educação crítica para e com as populações indígenas de acordo com a Constituição Federal Brasileira e outras legislações pertinentes.

Por fim, Fernanda Ruschel Colen (2016) fala sobre a política de cotas para indígenas e pardos/pretos no *Campus* Zona Norte do Instituto Federal de Rondônia em Porto Velho, onde analisamos junto com a autora: que a política de cotas é instituída pelo IFRO desde sua promulgação, que a política não abarca quem deveria abarcar, que pela falta de indígenas e pretos participantes das seleções os mais são selecionados são os pardos e as vagas que sobram direcionadas para a ampla concorrência. Outro fato importante que a autora destaca é que mesmo os abarcados pela política de inclusão defendem interesses contrários como meritocracia e uma igualdade plena - questões ilusórias quando pensamos contexto do Brasil e por último, além da dificuldade

de inclusão no IFRO pelos cotistas há questões metodológicas, didáticas, de documento, e deslocamento que impedem sua efetivação na formação dos mesmos, logo há uma dificuldade de existência real das políticas para indígenas, pretos e pardos na Instituição estudada.

Apresentamos a seguir as considerações finais sobre os resultados obtidos.

CONCLUSÃO

Muitas de nossas conclusões já foram apontadas no tópico anterior de resultados e discussões. De certa forma elencar os dados sobre as pesquisas nos deram um panorama do que é a pesquisa na região e o Programa de Pós-Graduação em que os autores são egressos. Considerando o dossiê em que este artigo pretende-se se encaixar, faremos alguns apontamentos:

- a) O PPGE/UNIR possui impacto positivo na produção acerca da educação indígena, especialmente no que tange à perspectiva das políticas públicas para formação e atuação docente;
- b) As pesquisas têm uma concentração sobre o curso de graduação Intercultural, propondo reflexões importantes para a melhora do curso e críticas fundamentais - como o distanciamento das perspectivas étnicas reais.
- c) O programa acadêmico não produziu dissertações diretas sobre a questão das políticas educacionais para a população preta de Rondônia e da região norte, ficando esta lacuna que deve ser ponto de reflexão para os próximos dez anos do programa.
- d) Considerando a escala local e regional o PPGE/UNIR tem seu impacto positivo, com uma ressalva: é baixa a produção sobre a questão indígena e quase nula com relação à temática preta/quilombola.

- e) Com relação à questão indígena falta a perspectiva dos mesmos enquanto pesquisadores(as) primários, questão que tende a ser resolvida se analisarmos as publicações do Mestrado Profissional e as inserções dos indígenas a partir dos sistemas de cotas - já existentes nos editais de seleção.

Desta forma, encerramos nosso trabalho com estas reflexões iniciais. cremos que este estudo síntese é uma forma de se fazer história, de orientar possíveis pesquisas futuras, que interessados possam conhecer o que trilhamos até aqui e o que pode ser feito daqui para frente. O que sabemos é: há muito o que se fazer e há um ótimo capital humano nos corredores de nossas Escolas e Universidades.

Referências

ALVES, Maria Isabel Alonso. **IDENTIDADES INDÍGENAS: UM OLHAR PARA O CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA INTERCULTURAL DE RONDÔNIA**. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 123. 2014.

COLEN, Fernanda Ruschel Cremonese. **O IDEAL E O REAL DA POLÍTICA DE COTAS PARA NEGROS E INDÍGENAS NO IFRO – CAMPUS PORTO VELHO ZONA NORTE**. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 190. 2016.

COSTA, Regina Aparecida. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE INDÍGENAS NO ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA**. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 112. 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu & a educação**. Autêntica, 2013.

MENDONÇA, Maria de Fátima dos Santos. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS EM HUMAITÁ – AM**. Mestrado

Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 116. 2019.

MIGNOLO, Walter. **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad:(antología, 1999-2014)**. Cidob, 2015.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 75, p. 149-162, 2011.

RODRIGUES, Wanda Isabel Sanatore Vargas. **A ESCOLA URBANA E A INCLUSÃO DE ALUNOS INDÍGENAS: Os desafios do Currículo em Busca de um Diálogo Intercultural**. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 112. 2015.

SANTOS, Maria Aparecida Siqueira. **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO INDÍGENA: UM ESTUDO NAS COMUNIDADES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM/RO**. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 119. 2014.

SANTOS, R. A. dos, Silva, R. M. de N. B. e, & Coelho, W. de N. B. (2016). Educação e relações raciais: estado da arte em programas de Pós-graduação em Educação (2000-2010). **Revista Exitus**, 4(1), 111-141. Recuperado de <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/132>

SANTOS, Raimunda Maria Rodrigues; SIQUEIRA, Neide Vieira. Desafios da educação indígena no Brasil: um balanço da produção acadêmica. **Pesquisa em Debate**, ed, v. 10, p. 1-24, 2009.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; REGIS, Kátia; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Sobre a pesquisa Educação e Relações Étnico-Raciais. **Educ. rev.**, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 9-16, Junho 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S0104-40602018000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000300009) & lng= en\ nrm=iso>. Acesso em: 15 Mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.57223>.

SILVA, Vanderleia Barbosa. **AS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES INDÍGENAS DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO BÁSICA INTERCULTURAL DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**. Mestrado Acadêmico em Educação. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, p. 140. 2016.

STIBICH, Ivan Abreu. **Esforços para a implantação de uma “nova política indigenista” pelas gestões petistas (2003-2016): etnografia de um processo a partir da Fundação Nacional do Índio (Funai)**. Brasília, UNB (tese de doutoramento em Antropologia Social), 2019.